



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **473/2021**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa ao Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, Diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), pedido de informação em relação à nova fonte de captação de águas no Rio Paraopeba. Sob tal tema, indaga-se:

- Qual a previsão de conclusão da construção da nova fonte de captação de águas do Rio Paraopeba?
- Qual o status da obra?
- Qual o nível dos reservatórios do Sistema Paraopeba que abastecem BH?
- Qual o risco de desabastecimento de Belo Horizonte em razão do atraso nas obras de captação do Rio Paraopeba?

Belo Horizonte, 14 de maio de 2021.

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Políticas Públicas

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

17/05/21

hmf/600  
Responsável pela distribuição

Protocolizado conforme

Portaria nº 18.884/20

Data: 14/05/21

Hora: 13:23:09



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM PRIMEIRO TURNO

### PROJETO DE LEI Nº 66/2021

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

#### RELATÓRIO

Vem a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana em primeiro turno de discussão e votação nesta casa Legislativa emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 66/2021, de autoria do vereador Bruno Miranda que "*Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensacamento de resíduos sólidos nas URPV's.*"

Em análise na comissão de Legislação e Justiça obteve parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Designado Relator para a matéria na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente o Projeto de Lei n.º 66/2021, visa ensacar resíduos sólidos com descarte nas Unidades de Recolhimento de Pequenos Volumes – URPV's, com a intenção de promover maior segurança dos moradores das regiões do entorno, tendo em vista a situação insalubre causada pela forma de descarte.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Em análise ao Código de Posturas do Município, verifica-se que não há disposição sobre ensacamento dos resíduos descritos no presente PL.

Assim verificando a Legislação Municipal Lei n.º 10.522/12\*a URPV é descrita da seguinte forma:

**Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - URPV:** equipamento públi-

1  
Protocolizado contem:  
Portaria nº 18.884/20  
Data: 13/05/21  
Hora: 14:48:34



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*co destinado ao recebimento e triagem de pequenos volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, gerados e entregues pelos munícipes ou por pequenos transportadores, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, observadas as especificações da norma brasileira NBR 15.112/2004 da ABNT.*

Verificando a norma NBR 15.112/2004 da ABNT é possível compreender que o item 5 dispõe sobre as Condições de Implantação da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - URPV **in verbis:**

## **5.1 Isolamento**

### **ATT deve ser dotada de:**

- Portão e cercamento no perímetro da área de operação, construídos de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas e animais.
- Anteparo para proteção quanto aos aspectos relativos à vizinhança, ventos dominantes e estética, como por exemplo, cerca viva arbustiva ou arbórea no perímetro da instalação .

Por outro lado, o item 5.4 da referida norma diz a respeito ao controle de sistema de proteção ambiental e desse modo prevê

- **Sistema de controle de poeira**, ativo tanto nas descargas como no manejo e nas zonas de acumulação de resíduos.

Assim, a norma prevê que os problemas apontados na justificativa do presente projeto, sejam resolvidos com o atendimento a norma NBR 15.112/2004 da ABNT, que prevê as condições específicas para instalação e descarte do material na **Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – URPV** e que está vinculada a legislação Municipal Lei n.º 10.522/12.

No aspecto ambiental, temos que o uso de embalagem (ensacamento) notadamente as não biodegradáveis, causam grande impacto ao meio ambiente, uma vez que a produção e descarte de material poluidor aumentará de forma exponencial.

O uso de embalagens atualmente, causa a morte de diversas aves e animais bem como é material poluidor do meio ambiente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Atualmente a busca de práticas sustentáveis que diminuam o impacto ambiental é preocupação de todos, uma vez que todo o planeta passa por diversas modificações climáticas, poluição do ar, degradação de solo e extinção de espécies.

Nesse contexto, a obrigatoriedade do ensacamento de resíduos sólidos, tem como causa o aumento de produção e descarte de material poluidor ao meio ambiente.

Em que pese o objetivo do presente Projeto de Lei, as normas vigentes, se devidamente fiscalizadas cumprem o objetivo do PL 66/2021, lado outro, como demonstrado o impacto ambiental negativo, com a obrigatoriedade de ensacamento de materiais descritos no §1º do art. 1º do PL ora analisado traz aumento de resíduos e poluição ambiental ao Município.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 66/2021.

Belo Horizonte, 06 de Maio de 2021.



Vereador Ciro Pereira

**RELATOR**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 96/2021 COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

#### VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Claudiney Dulim, o Projeto de Lei nº 96/2021 que **"Autoriza a desafetação e alienação do bem imóvel que menciona."** Designado Relator para exame da matéria, nos termos da alínea "f", inciso IV do art. 52 do RI, observando os aspectos relativos ao parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do PL, passo a seguir, a fundamentar parecer e voto.

#### FUNDAMENTAÇÃO

O nobre Vereador tem por objetivo autorizar a desafetação, constituindo patrimônio dominial do Município, trecho do bem imóvel denominado Rua do Itambé (35596), localizado entre a Avenida dos Andradas (003761) e Rua Conselheiro Rocha (017095), entre a quadra 9A(05413) e 8A (05426) do CP 020024M, autorizando a alienação do bem imóvel.

Inicialmente, a título de melhor esclarecimento, faz-se necessário proceder a uma breve introdução sobre a trajetória do Projeto de Lei em análise nesta Casa Legislativa. A proposição recebeu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade ao transitar pela Comissão de Legislação e Justiça. Nessa oportunidade, o relator destacou:

(...) o Projeto de Lei nº 96/2021 está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e juridicidade.

Ao tramitar pela Comissão de Administração Pública recebeu parecer favorável do relator.

Préfacialmente, é prudente destacar que o exame do retromencionado Parecer pela egrégia Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, cinge-se tão somente ao mérito da proposição, razão pela qual não irá incursionar em discussões acerca da matéria jurídica, especialmente no que se refere à legalidade ou ilegalidade do PL, cuja análise foi da competência da Comissão de Legislação e Justiça.

Desse modo, ao discorrer sobre o Projeto de Lei em apreço, estamos abordando o tema sobre a perspectiva da ocupação e uso do solo urbano uma vez que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido pelo art. 225 da Carta Magna, não depende apenas dos espaços ambientais protegidos, mas igualmente se refere ao

Vereador Marcos Crispim. Gabinete: B-319, Avenida dos Andradas, 3.100, Santa Efigênia - BH. CEP: 30260-900. Tel.: 3555-1166 e 35551167. E-mail: [ver.marcoscrispim@embh.mg.gov.br](mailto:ver.marcoscrispim@embh.mg.gov.br)

Protocolizado conforme

Portaria nº 18.884/20

Data: 13/05/21

Hora: 14:25:14



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

conjunto de intervenções urbanísticas que cumprem a função social da cidade, de modo a garantir a qualidade de vida dos seus cidadãos. Trata-se, pois, do "Meio Ambiente Urbano". Vale recordar que, com o advento do Estatuto da Cidade, que regulamentou o capítulo da Constituição Federal sobre a Política Urbana e fixou as diretrizes que devem assegurar o direito a cidades sustentáveis e o uso da propriedade urbana em prol do equilíbrio ambiental, a temática ambiental também tornou-se mandatória na ordenação do solo urbano.

Além da consagração da necessidade de preservação ambiental no texto constitucional, com advento da Lei n.º 10.257/01 (Estatuto da Cidade), que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a temática ambiental tornou-se obrigatória na fixação das exigências fundamentais de ordenação da cidade, não se podendo vislumbrar uma aplicação estrita das leis de parcelamento do solo urbano, sem estarem em consonância com a legislação de tutela ao meio ambiente.

Ademais, a Constituição Federal, com seu caráter dirigente sobre o ordenamento infraconstitucional, patenteou o reconhecimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo a obrigação dos Poderes Públicos e da coletividade de defendê-lo e preservá-lo, bem como a previsão de sanções para as condutas ou atividades lesivas. Desse modo, a preservação e recuperação do meio ambiente natural e urbano passam a ser a base em que se assenta a política econômica e social do país.

No que se refere mais precisamente à análise do Projeto de Lei n.º 96/2021, faz-se mister mencionar o atendimento aos ditames da Lei 8.866/93 no que diz respeito ao regramento para alienação de bens da Administração Pública.

Como o cerne da proposição em comento trata de desafetação patrimonial faz-se necessário entender que a desafetação de bens de uso comum, isto é, seu trespasse para o uso especial ou sua conversão em bens meramente dominicais (que é aquele que não possui finalidade pública) depende de lei ou de ato do Executivo praticado na conformidade dela. A desafetação de bem de uso especial, trespassando-o para a classe dos dominicais, depende de lei ou de ato do próprio executivo. Desse modo, é interessante salientar que, por meio de lei, serão disciplinadas as afetações e desafetações que dependem de reserva legal ou que o ente federado entendeu ser necessário dar um caráter mais rígido. Por meio de lei se vincula um determinado bem público a uma dada finalidade. Neste caso, é necessária a edição de diploma legislativo em sentido formal pelo Poder Legislativo do ente federado que promoverá a afetação ou estabelecerá a desafetação.

Como exemplo é possível citar a instituição de área de preservação ambiental (área não utilizada de propriedade de ente público, que passou a ter uma finalidade específica, sendo transformada em um bem de uso especial por meio de lei). De mesma maneira, a extinção de uma reserva ambiental por meio de lei é exemplo de desafetação legal. Logo, a desafetação legal é sempre expressa.

Vereador Marcos Crispim. Gabinete: B-319, Avenida dos Andradas, 3.100, Santa Efigênia - BH. CEP: 30260-900. Tel.: 3555-1166 e 35551167. E-mail: [ver.marcoscrispim@cmbh.mg.gov.br](mailto:ver.marcoscrispim@cmbh.mg.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No caso do PL em análise, a proposição autoriza a desafetação e alienação de bem imóvel constituído por um trecho da Rua Itambé. Segundo justificativa do autor do Projeto de Lei, esse trecho de rua "(...) encontra-se totalmente inacessível por estar localizada entre a linha férrea e a Avenida dos Andradas". Acrescenta que o terreno, "encontra-se totalmente ocioso, propiciando a deposição clandestina de resíduos, prejudicando o meio ambiente. E sendo utilizado para estacionamento de veículos que transitam nas imediações". O vereador ressalta ainda, que "se trata de uma possibilidade de arrecadação para os cofres públicos."

Percebe-se, portanto que a preocupação do legislador é a de trazer maior qualidade ambiental para a área uma vez que, no atual estado em que se encontra o estado de degradação já se faz evidente.

Relevante destacar que, em conformidade com a documentação constante da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, a Rua Itambé, está localizada no Bairro Floresta e está inserida na Regional Centro-Sul, pertencendo ao Município de Belo Horizonte. A referida via foi aprovada pelo CP 0010071.

Nesta toada, a questão é objetiva, visto que o Projeto de Lei em destaque é fruto de iniciativa parlamentar legislativa e visa trazer a melhoria da qualidade ambiental para o trecho passível de desafetação. A proposta em apreço merece prosperar e também se encontra em conformidade com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, que afirma no art. 7º, II que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.

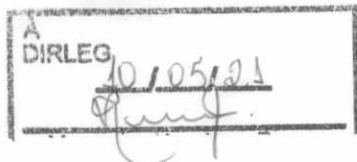
### CONCLUSÃO

Ante o exposto, sou pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 96/2021.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2021.

**VEREADOR MARCOS CRISPIM**

**RELATOR**



Zimbra

presidencia@cmbh.mg.gov.br

MA  
26/21**Fwd: Of. Dirleg nº 75121****De :** Vereadora Nely <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Seg, 10 de mai de 2021 08:47

**Assunto :** Fwd: Of. Dirleg nº 75121

4 anexos

**Para :** Presidência <presidencia@cmbh.mg.gov.br>**De:** "SEGOV/DGA" <dga@governo.mg.gov.br>**Para:** "ver nely" <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 6 de maio de 2021 13:06:54**Assunto:** Of. Dirleg nº 75121

Ofício SEGOV/DGA nº. 2542/2021

Belo Horizonte, 03 de maio de 2021.

Exma. Sra.

Vereadora Nely Aquino

Presidente

Câmara Municipal

Belo Horizonte - MG

Senhora Presidente,

Com cordiais cumprimentos, encaminho, para conhecimento, Ofício SEPLAG/GAB ADJ nº. 14/2021 (26558712), de lavra do Secretário de Estado Adjunto, Luís Otávio Milagres de Assis, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em resposta ao pleito de Vossa Excelência constante no Of. Dirleg nº 75121 (25459807); Requerimento de Comissão nº 26/21 (25459847), referente à solicitação de informações sobre a destinação dos valores resultantes do acordo entre a Vale e o Estado.

Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos eventualmente necessários, aproveitando a oportunidade para reforçar a V. Exa. os votos de mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Juliano Fisicaro

Chefe de Gabinete

---

— **Oficio\_28904228.html**



73 KB

— **Oficio\_25459807\_1500010022389202147.pdf**



378 KB

— **Oficio\_26558712.html**



81 KB

— **Requerimento\_25459847\_1500010022389202147\_001.pdf**



684 KB

---



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Gabinete Adjunto**

Ofício SEPLAG/GAB ADJ nº. 14/2021

Belo Horizonte, 10 de março de 2021.

Prezado Senhor  
**Igot Eto**  
Secretário  
Secretaria de Estado de Governo

**Assunto: Resposta ao Ofício SEGOV/DGA nº. 989/2021**

*Referência:* [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1500.01.0022389/2021-47]

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício SEGOV/DGA nº. 989/2021, que encaminha requerimento da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a respeito da destinação dos valores resultantes do acordo entre a Vale e o Estado, apresentamos as informações a seguir.

Em 04 de fevereiro de 2021, o Governo de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, com mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assinaram um termo judicial de reparação de impactos socioeconômicos e socioambientais (Acordo Judicial - SEI n. 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CEJUSC 2º GRAU). O referido Acordo define obrigações de fazer e de pagar da Vale, visando à reparação integral dos danos, impactos e prejuízos socioambientais e socioeconômicos causados pelo rompimento das Barragens B-I, B-IV e B-IVA, da Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho.

O valor econômico do Acordo é de R\$ 37.689.767.329,00, o que inclui: as medidas de reparação e as ações emergenciais realizadas desde o desastre (5,89 bi); a projeção dos custos da reparação ambiental integral e os recursos de compensação ambiental (6,55 bi); os valores a serem pagos a título de Transferência de renda e investidos em projetos de demanda da população atingida (9,17 bi); os investimentos socioeconômicos na Bacia do Rio Paraopeba (4,7 bi); o programa de Segurança Hídrica (2,05 bi); o programa de Mobilidade (4,95 bi); e programa de Fortalecimento e Melhoria do Serviço Público (4,37 bi).

Diante do exposto, cumpre ressaltar que serão repassados ao Estado apenas os recursos destinados aos projetos de execução direta, ou seja, os valores relativos aos projetos a serem executados pela Vale e os que serão destinados à população atingida não ingressarão os cofres públicos. Em cumprimento às leis orçamentárias, em especial ao art. 17 da Lei 23.751, de 30 de

CPQH\_DIRLEG-11/mai/21-14:08:31-001128-1

dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2021), os valores decorrentes do Acordo Judicial serão previstos el lei que autoriza abertura de crédito suplementar. Para tanto, encontra-se em tramitação e aguarda aprovação Assembleia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei 2.508/2021.

Dentre os projetos previstos, destacamos a seguir as que beneficiarão o município de Belo Horizonte (Tabela 1) e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (Tabela 2):

Tabela 1: Projetos Belo Horizonte

Projeto
Complementação dos recursos federais para o Metrô da RMBH.
Construção do Núcleo Integrado de Perícias da Polícia Civil de Minas Gerais.
Corredor Sudoeste - Interligação do transporte público entre municípios atingidos e a Rede de Metrô da RMBH (ou alternativa ferroviária que se mostre viável)
Estudo de viabilidade técnica e financeira e modelo de gestão e Implantação do Centro Mineiro de Controle de doenças e vigilância em Saúde
Execução de obras e serviços de engenharia em várias unidades do CBMMG
Expansão e fortalecimento da Academia do Corpo de Bombeiros Militar
Fortalecimento do atendimento à saúde militar
Implantação do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte
Melhoria da estrutura logística e energética da Cidade Administrativa para redução de custos
Reestruturação dos Hospitais da Rede FHEMIG (Hospital Infantil João Paulo II, Hospital João XXIII e Hospital Júlia Kubitschek)
Revitalização do Parque de Exposições Bolivar de Andrade

Tabela 2: Atende RMBH

Projeto
Atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI-RMBH
Elaboração de Plano Metropolitano de Segurança Hídrica para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Fortalecimento da atividade de recobrimento da Polícia Militar de Minas Gerais - Aquisição de motos para o Batalhão ROTAM
Intervenções e Obras a serem realizadas, sob a responsabilidade e de propriedade do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de aumentar a resiliência das Bacias do Paraopeba e Rio das Velhas, de modo a garantir o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.
Prevenção de Enchentes - Construção de Bacias de Contenção no Córrego Ferrugem
Prevenção de Enchentes - Desapropriação para construção de bacias de contenção no Córrego Riacho das Pedras.

Ressaltamos, no entanto, que a definição final dos projetos a serem implementados depende de apreciação e aprovação da ALMG. Portanto, só será possível estabelecer o escopo definitivo dos projetos e o cronograma dos mesmos após a referida aprovação

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



**Luís Otávio Milagres de Assis**  
Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Gestão  
Coordenador do Comitê Gestor Pró-Brumadinho



Documento assinado eletronicamente por **Luís Otávio Milagres de Assis, Secretário(a) de Estado Adjunto**, em 08/04/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26558712** e o código CRC **4543870C**.

Referência: Processo nº 1500.01.0022389/2021-47

SEI nº 26558712

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Governo**  
**Diretoria de Gestão de Atendimento**

Ofício SEGOV/DGA nº. 2542/2021

Belo Horizonte, 03 de maio de 2021.

**Exma. Sra.**

**Vereadora Nely Aquino**

**Presidente**

Câmara Municipal

Belo Horizonte - MG

Senhora Presidente,

Com cordiais cumprimentos, encaminho, para conhecimento, Ofício SEPLAG/GAB ADJ nº. 14/2021 (26558712), de lavra do Secretário de Estado Adjunto, Luís Otávio Milagres de Assis, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em resposta ao pleito de Vossa Excelência constante no Of. Dirleg nº 75121 (25459807); Requerimento de Comissão nº 26/21 (25459847), referente à solicitação de informações sobre a destinação dos valores resultantes do acordo entre a Vale e o Estado.

Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos eventualmente necessários, aproveitando a oportunidade para reforçar a V. Exa. os votos de mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Juliano Fisicaro**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Fisicaro Borges, Chefe de Gabinete**, em 06/05/2021, às 06:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

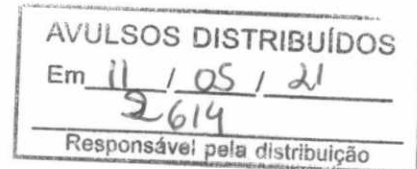


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28904228** e o código CRC **29D4D3D4**.

Referência: Processo nº 1500.01.0022389/2021-47

SEI nº 28904228

Rodovia Papa João Paulo II, 4000 - Edifício Gerais, 1º Andar - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Gabinete**

Ofício SEMAD/GAB nº. 349/2021

Belo Horizonte, 10 de maio de 2021.

Exma Vereadora Nely Aquino  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Assunto: Of. Dirleg nº 930/21 - Câmara Municipal de BH - Requerimento de Comissão nº 323/21 - Vereadora Duda Salabert**

**Referência:** [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0019466/2021-40].

Senhora Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, de ordem da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho de Melo, acusamos recebimento do Of. Dirleg nº 930/21 (28016764), que encaminha o Requerimento de Comissão nº 323/21 (28016820) o qual solicita informações sobre o processo de licenciamento ambiental nº 0000010000121812020, do empreendimento Taquaril Mineração S/A - TAM ISA - Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST).

Em atenção à solicitação, encaminhamos respeitosamente manifestação da Subsecretaria de Regularização Ambiental, por meio do Memorando.SEMAD/SURAM.nº 258/2021 (28952417) e Memorando.SEMAD/SUPPRI.nº 30/2021 (28941029), em que se solicita prorrogação de prazo de 15 dias, considerando a complexidade das informações solicitadas.

Permanecemos à disposição para o que mais se fizer necessário, oportunidade em que apresentamos nossos protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

**Daniela Diniz Faria**

Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Diniz Faria, Chefe de Gabinete**, em 11/05/2021, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29248036** e o código CRC **57939C0A**.

13/05/2021

SEI/GOVMG - 29248036 - Ofício

Referência: Processo nº 1370.01.0019466/2021-40

SEI nº 29248036

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Superintendência de Projetos Prioritários**

Memorando.SEMAD/SUPPRI.nº 30/2021

Belo Horizonte, 04 de maio de 2021.

**Para:** Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo

Subsecretária de Regularização Ambiental

**Assunto:** Solicita prorrogação de prazo.**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0019466/2021-40].

Sra. Subsecretária,

Tendo em vista o expediente em comento, e a grande quantidade e complexidade das informações solicitadas, vimos solicitar desta Subsecretaria prorrogação do prazo para resposta, pelo período de 15 dias, a contar desta data.

Sendo o que havia, mantemo-nos à disposição.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ribas, Superintendente**, em 04/05/2021, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28941029** e o código CRC **5748BD46**.

Referência: Processo nº 1370.01.0019466/2021-40

SEI nº 28941029



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Subsecretaria de Regularização Ambiental**

Memorando.SEMAD/SURAM.nº 258/2021

Belo Horizonte, 04 de maio de 2021.

**Para:** Gabinete

Daniela Diniz Faria

**Assunto:** Of. Dirleg nº 930/21 - Câmara Municipal de BH - Requerimento de Comissão nº 323/21 - Vereadora Duda Salabert - Solicitação de prorrogação de prazo

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0019466/2021-40].

Senhora Chefe de Gabinete,

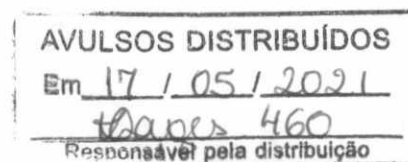
Cumprimentando-a cordialmente, informamos que recebemos o Despacho nº 287/2021/SEMAD/GAB e, tendo em vista a complexidade, assim como a grande quantidade de itens para resposta, encaminhamos manifestação da Superintendência de Projetos Prioritários - SUPPRI, por meio do Memorando.SEMAD/SUPPRI.nº 30/2021, no qual solicita a prorrogação do prazo para resposta, pelo período de 15 dias, a contar desta data.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo**

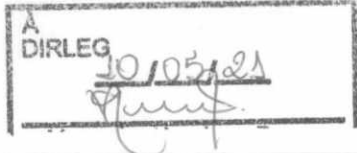
Subsecretária de Regularização Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, Subsecretário(a)**, em 05/05/2021, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28952417** e o código CRC **59E00B58**.



Zimbra

MA  
presidencia@cmbh.mg.gov.br

**Fwd: Of. Gab-SMMA 868/21**

**De :** Vereadora Nely <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>      Seg, 10 de mai de 2021 08:55  
**Assunto :** Fwd: Of. Gab-SMMA 868/21      2 anexos  
**Para :** Presidência <presidencia@cmbh.mg.gov.br>

**De:** "smma" <smma@pbh.gov.br>  
**Para:** "Vereadora Nely" <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>, "ver macaeevaristo" <ver.macaeevaristo@cmbh.mg.gov.br>  
**Cc:** "Guilherme de Souza Barcelos" <guilherme.barcelos@pbh.gov.br>, "Dirlaine Aparecida Machado" <dirlaine@pbh.gov.br>  
**Enviadas:** Quinta-feira, 6 de maio de 2021 10:56:54  
**Assunto:** Of. Gab-SMMA 868/21

Bom dia senhores,

Segue Ofício GAB-SMMA /EXTERNO/0868/21 em resposta ao Ofício DIRLEG nº 950/21 - Requerimento de Comissão nº 341/21

À disposição,

Att.  
Patrícia Aquino  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA**  
Av. Afonso Pena, Nº 342. 7º Andar, Centro, CEP 30130-001 - Belo Horizonte/MG  
Telefones: (31) 3246-0590

- 
- OF. GAB-SMMA-EXTERNO n.0868-21\_Mata da Represa\_Requerimento n. 034121 (1).pdf**  
249 KB
  - Of. 950 - requerimento 341 CMBH.pdf**  
203 KB
-



Belo Horizonte/MG, 06 de maio de 2021.

**GAB-SMMA/EXTERNO/0868/21**

**Referência:** Of.Dirleg nº 950/21 - Requerimento de Comissão nº 341/21

**Assunto:** MEIO AMBIENTE - AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO - "MATA DA REPRESA" - BAIRRO HAVAÍ

Prezadas Presidente Nely Aquino e Vereadora Macaé Evaristo,

Em atendimento ao Ofício em epígrafe, o qual solicita sejam prestadas informações acerca do processo administrativo que corre nesta Secretaria Municipal de Meio Ambiente de empreendimento imobiliário no Bairro Havaí, informamos o que segue.

Para uma melhor organização da resposta, compilaremos as respostas dos questionamentos abaixo em uma única exposição.

1. Quais os estudos realizados sobre os impactos que a construção de um empreendimento imobiliário no Bairro Havaí, na Região Oeste de Belo Horizonte, pode provocar na Mata de Represa?
2. Qual a iniciativa do Executivo para impedir o desmatamento na área?
3. Qual a justificativa para a autorização do corte de 927 árvores, tendo em vista o local ser uma rica preservação da biodiversidade?
4. Havia alvará válido expedido para a extração das árvores em 2021, qual seu número?

Pelo porte do empreendimento, este não foi enquadrado pela lei, à época da aprovação de projeto, como sujeito ao licenciamento de impacto, razão pela qual sobre ele não incidiu exigência de estudos de impacto ambiental. No caso em questão, a legislação em vigência demanda avaliação desta Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA para os





procedimentos relativos à supressão e para eventual intervenção em área de preservação permanente.

Nesses termos, em dezembro de 2018 a solicitação do empreendedor (nº 18457/18), foi avaliada pela equipe técnica da SMMA, a qual após exame do projeto e das características ambientais do terreno concluiu, por meio do Parecer Técnico 2375/18 (anexo), que o projeto arquitetônico do empreendimento Ville Egito não propõe nenhum tipo de ocupação na área delimitada como de preservação permanente, respeitando a delimitação de 50 metros da nascente existente no lote 51 (como pode-se verificar na imagem abaixo).



Diante disso, foi expedido o Ofício GELIN/EXTER/Nº 3082/18 comunicando ao empreendedor a dispensa de autorização para intervenção em APP urbana, além de pontuar a necessidade de ser observado, no momento das obras, as seguintes exigências:





- Instalar o canteiro de obras afastado, garantindo que a sua drenagem não se direcione diretamente para a APP;
- Não depositar materiais de qualquer natureza ao longo do limite da APP;
- Remover todos os materiais excedentes (tijolos, brita, areia, sacos papel, pregos, madeiras, ferramentas e outros) após a finalização das obras;
- Dispor vasilhames para recolher resíduos de obras, materiais granulares, aparas, refugos ou lixo pessoal."

Por sua vez, no que diz respeito ao procedimento para o processo de avaliação da proposta de supressão de vegetação motivada por edificação, no exercício do direito que a legislação ambiental faculta ao empreendedor (PORTARIA SMMA No 06/16, DE 29 DE ABRIL DE 2016), este protocolou nesta SMMA solicitação à retirada de espécimes arbóreos, que se encontram em conflito com a futura edificação proposta. Para tanto, conforme determina a portaria retromencionada, foram apresentados para o exame da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- Informação Básica de cada um dos lotes abrangidos pelo projeto de implantação ou ampliação de edificação;
- Registro cartorial do terreno, comprovando a sua propriedade;
- Projeto arquitetônico completo;
- Planta de Identificação de Árvores, contemplando indicação da projeção das edificações propostas e existentes, indicação da identificação de todos os lotes que compõem o terreno, indicação da distância do terreno à esquina mais próxima e das denominações das vias lindeiras e da esquina mais próxima, indicação das vagas de estacionamento de veículos, caminhos e vias internas, muros, estruturas de contenção e demais elementos construtivos existentes, indicação da localização exata de todos os espécimes arbóreos existentes, com altura superior a 1,50 metros, devidamente numerados e com distinção para aqueles para os quais está sendo apresentada solicitação de autorização para intervenção;





Nesse sentido, munida da referida documentação apresentada e realizada vistoria no local para aferição da veracidade das informações, bem como para análise de alternativas que permitissem adequação do projeto com um menor número de supressões, a SMMA emitiu em 19 de setembro de 2018 o Parecer Técnico 2010/2018 (anexo).

A título de elucidação, imperioso destacar que as análises realizadas para fins desse procedimento - Autorização de Intervenção em Espécimes Arbóreos - são pautadas pelos seguintes itens:

- A conferência da identificação das espécies vegetais presentes na área de intervenção, observando características morfológicas, como troncos, tipo de inflorescência, tipo de ramificação e eventuais frutos.
- O estado fitossanitário da arborização, identificando possíveis sinais de fitopatologia, ataque de pragas, senescência ou mesmo morte dos espécimes vegetais.
- A altura de fuste e o estágio de desenvolvimento dos espécimes vegetais, a fim de estimar o porte das árvores.
- A conferência da posição e distribuição das árvores de acordo com o levantamento planialtimétrico dos espécimes vegetais apresentado pelo empreendedor.
- A avaliação da fitofisionomia e o estágio de regeneração do conjunto arbóreo presente na área do empreendimento.
- O estudo da sobreposição do levantamento planialtimétrico com as projeções das edificações a serem implementadas caso o empreendimento tenha sua aprovação.

Com efeito, por força da Lei Estadual no 9743/88, considerando que proposta pretendida incluía a supressão de 16 (dezesseis) espécimes de ipê-amarelo (*Handroanthus serratifolius*) e 03 (três) ipês-cascudos (*Handroanthus ochraceus*), o procedimento foi levado à deliberação do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, uma vez que legislação prescreve ser o Conselho o ente competente para autorizar supressões desses espécimes em específico. Nessa senda, o procedimento foi encaminhado para o referido órgão





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

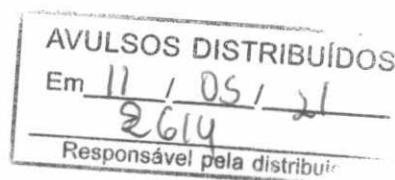
deliberativo, acompanhado do Parecer Técnico no 2013/18 com a indicação das compensação ambiental pertinente, deliberando ao final favoravelmente à supressão dos indivíduos arbóreos (anexo).

Findo o fluxo regular e legal do procedimento, foi emitida pela SMMA o documento de Autorização de Intervenção em Espécimes Arbóreos - no 0138/18 (anexo). Apesar da emissão do documento autorizativo em questão o empreendedor não iniciou suas obras no local, requerendo em 2021 uma renovação do documento, sendo concedida por meio da Autorização de Intervenção em Espécimes Arbóreos - no 017/21 (anexo), sob o fundamento do Parecer Técnico nº 2013/2018, haja vista não ter havido alteração no projeto por parte do empreendedor que justificassem análise divergente por parte da equipe técnica da SMMA.

Desse modo, o que se observa é que a SMMA quando da renovação da Autorização de Intervenção em Espécimes Arbóreos - nº 0138/18 analisou a proposição diante do pressuposto legal e fático de que o projeto arquitetônico fora aprovado antes da incidência da Lei 11.181/19, sendo aplicável a ele os zoneamentos e disposições previstas na Lei Municipal 7.166/96. Isto posto, o procedimento de renovação da referida autorização foi conduzida nas balizas legais e técnicas pertinentes ao órgão ambiental municipal.

Por fim, feita essa exposição, informamos que no dia 16 de março de 2021 fomos comunicados pela Subsecretaria de Regularização Urbana- SUREG que o referido Alvará concedido ao empreendimento foi suspenso em razão de auditoria, de acordo com §5º do Art.28 do Decreto 13.842/10.

Cordialmente,



**Mário de Lacerda Werneck Neto**  
**Secretário Municipal de Meio Ambiente**  
**Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente**

Avenida Afonso Pena, 342 | 7º Andar | Centro | BH/MG - CEP 30130.001 Telefone: 3246.0590-  
www.pbh.gov.br | email: smma@pbh.gov.br



# QUER FISCALIZAR E LEGISLAR?

CÂMARA  
MUNICIPAL

A VOZ DA CIDADANIA



BH



A **Diretoria do Processo Legislativo - Dirleg** -  
oferece suporte técnico e administrativo para o  
funcionamento das comissões, Plenário e Mesa  
Diretora e para o exercício dos mandatos.

# CARTA DE SERVIÇOS

OFERECEMOS AQUI PRODUTOS E  
SERVIÇOS PARA AUXILIAR VOCÊ.

SOMOS ESPECIALISTAS EM  
INFORMAÇÃO, PORQUE ELA VALE  
OURO NA VIDA PARLAMENTAR!

# NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS

ESTAMOS DE PORTAS ABERTAS  
AGUARDANDO SUA VISITA!



# ESTAMOS À DISPOSIÇÃO

<b>SAIBA QUANDO E COMO NOS ACIONAR.....</b>	<b>6</b>
O QUE É PROTOCOLO? .....	7

## INFORMAÇÃO

<b>BATEU UMA DÚVIDA? É SÓ LIGAR! .....</b>	<b>8</b>
ATENDIMENTO IMEDIATO .....	9
PESQUISA SOBRE LEGISLAÇÃO E ATIVIDADE LEGISLATIVA .....	11
<b>SE O ASSUNTO FOR COMPLEXO, FORMALIZE A DEMANDA! .....</b>	<b>13</b>
ESTUDO TÉCNICO .....	14
ACOMPANHAMENTO DE VISITA TÉCNICA .....	14
NOTA TÉCNICA SOBRE AUDIÊNCIA PÚBLICA (NOVO!) .....	15
ASSESSORAMENTO TÉCNICO A GRUPOS DE TRABALHO .....	15
<b>ÀS VEZES NEM PRECISA PEDIR: ENTREGAMOS DE BANDEJA!.....</b>	<b>16</b>
RESUMO .....	17
ESTUDO TÉCNICO SOBRE OS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS .....	17
CARTILHAS .....	18
MONITOR ORÇAMENTÁRIO (NOVO!) .....	18
GUIA DE REDAÇÃO.....	19
<b>CONHEÇA NOSSO SUPORTE DURANTE AS REUNIÕES .....</b>	<b>20</b>
ASSESSORAMENTO A REUNIÕES DE COMISSÃO E PLENÁRIO .....	21
RELATÓRIO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES (NOVO!) .....	23

## ELABORAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

<b>PRECISA DE AJUDA PARA REDIGIR UM PROJETO DE LEI?.....</b>	<b>24</b>
PROJETO DE LEI, EMENDA, REQUERIMENTO, ENTRE OUTROS .....	25

## CONHECIMENTO

<b>QUER SABER MAIS SOBRE O PODER LEGISLATIVO?.....</b>	<b>26</b>
FORMAÇÃO PERMANENTE E CURSOS PERSONALIZADOS .....	27



# SAIBA QUANDO E COMO NOS ACIONAR

A Dirleg funciona das **7h às 19h**, de segunda a sexta-feira. Contudo, devido à pandemia da covid-19, o **funcionamento presencial** está restrito ao período de **9h às 15h**, com equipe reduzida de servidores. Ao longo de todo o funcionamento da diretoria, as demandas podem ser encaminhadas por *e-mail*.

# O QUE É PROTOCOLO?

## Divisão de Instrução e Pesquisa - Divinp

O protocolo é a entrada formal de todos os documentos no processo legislativo: projetos de lei, emendas, requerimentos, formulários de solicitação de consultoria, ofícios etc. Pode ser físico ou eletrônico.



## como funciona o protocolo físico?

Registro de documentos na máquina localizada na entrada da Dirleg.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO\*:  
9h às 15h**

\*Horário reduzido, temporariamente, devido à pandemia da covid-19, conforme art. 11 da Portaria nº 18.884/20.



## e o protocolo eletrônico?

Envio de documentos para o e-mail:  
protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:**

**Ininterrupto**

**EXCEÇÃO\***: no **último dia de prazo regimental**, o horário se encerra às **15h**

\*Essa regra está prevista no art. 12, §3º, da Portaria nº 18.884, 24/3/2020: "Quando se tratar de termo final para apresentação de proposição legislativa e documento, o protocolo deverá ocorrer até as 15h desse dia, na forma prevista no caput."



## atenção:

O documento protocolado por e-mail **deve**:

- ser assinado manualmente pelo emitente e depois digitalizado em formato .pdf;
- ser encaminhado a partir do e-mail institucional do parlamentar;
- ser limitado à quantidade de 1 proposição por e-mail.



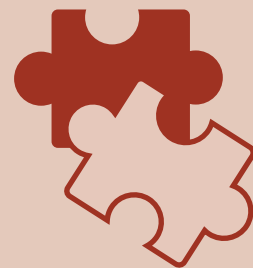
# BATEU UMA DÚVIDA? É SÓ LIGAR!

Esta Carta menciona apenas os setores que podem ser acionados diretamente pelos gabinetes. Para conhecer os demais, acesse a cartilha completa pela intranet ([Intranet > Legislativo > Cartilhas > Diretoria do Processo Legislativo - Estrutura](#)).

# ATENDIMENTO IMEDIATO

Em regra, os atendimentos são imediatos, realizados por telefone, *e-mail* ou pessoalmente.

Os atendimentos são feitos a partir da especialidade de cada setor.



## especialidades

consultoria temática\*  
e redação parlamentar

processo legislativo  
e estratégia regimental

dúvidas gerais sobre  
serviços oferecidos  
pela Dirleg

## consultoria temática\* e redação parlamentar

\*Áreas temáticas: ciências sociais e políticas; educação e cultura; meio ambiente; política urbana; saúde pública; administração pública; orçamento e finanças públicas.

### EXEMPLOS:

Qual a legislação aplicável ao serviço de poda e supressão de árvores em BH?

Como elaborar uma emenda ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias?

Como tornar mais clara a redação do art. 4º do projeto de lei do Código Sanitário?

### QUEM OFERECE:

❖ Divisão de Consultoria Legislativa -  
Divcol (divcol@cmbh.mg.gov.br)  
Tel. (31) 3555-1383

❖ Seção de Consultoria em  
Administração e Finanças  
Públicas - Seccaf  
(seccaf@cmbh.mg.gov.br)  
Tel. (31) 3555-1363

❖ Seção de Redação Legislativa -  
Secred  
(secred@cmbh.mg.gov.br)  
Tel. (31) 3555-1309

# processo legislativo e estratégia regimental

## QUEM OFERECE:

- ✦ Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc  
(divapc@cmbh.mg.gov.br)  
Tel. (31) 3555-1116, 3555-1319

## EXEMPLOS:

Qual é o requerimento mais adequado para obter o comparecimento do Secretário de Educação?

- ❖ Seção de Apoio ao Plenário - Secple  
(secple@cmbh.mg.gov.br)  
Tel. (31) 3555-1375

Como encontrar a pauta e o resultado da reunião de Plenário no Portal da Câmara?

- ❖ Seção de Apoio às Comissões - Secapc  
(secapc@cmbh.mg.gov.br)  
Tel. (31) 3555-1256, 3555-1293

Como fazer uma reserva do plenário para reunião de comissão?

## dúvidas gerais sobre serviços oferecidos pela Dirleg

## EXEMPLO:

Qual é o setor competente para atender minha demanda?

## QUEM OFERECE:

- ✦ Divisão de Instrução e Pesquisa - Divinp  
divinp@cmbh.mg.gov.br  
Tel. (31) 3555-1463

# PESQUISA SOBRE LEGISLAÇÃO E ATIVIDADE LEGISLATIVA



## tipos de pesquisa

### Divisão de Instrução e Pesquisa - Divinópolis

São oferecidas as pesquisas a seguir,  
e os pedidos devem ser feitos,  
preferencialmente, por *e-mail*.

legislação

próprios públicos

atividade legislativa

## pesquisa sobre legislação

### O QUE É ESSA PESQUISA?

Levantamento das normas municipais,  
estaduais e federais a partir de temas  
específicos.

### EXEMPLOS:

Existe legislação municipal sobre defesa  
dos animais?

Qual é o número da lei do Código de  
Posturas?

O decreto que regulamenta serviços  
essenciais ainda está em vigor?

# próprios públicos

## O QUE SÃO PRÓPRIOS PÚBLICOS?

Próprio público é todo bem público imóvel destinado ao uso comum (ex.: praças, ruas, avenidas e viadutos), aos serviços públicos em geral (ex.: prédio onde funciona hospital, biblioteca ou escola públicos) ou sem destinação pública específica (ex.: prédio público alugado). Para saber mais, consulte a Lei nº 9.691/09.

## O QUE É ESSA PESQUISA?

Informação sobre o nome e a localização de próprios públicos a partir da legislação municipal e de sistemas disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

### EXEMPLOS:

Qual o número da lei que deu nome à Rua Maria Toledo Paiva?

Que informações um projeto de lei precisa conter para atribuir nome a uma rua?

Qual é o código de logradouro da Rua Flávio Sampaio?

## atividade legislativa

### EXEMPLOS:

Existe projeto de lei em tramitação sobre guarita em passeios?

Quantas audiências públicas foram realizadas na Comissão de Direitos Humanos em 2020?

Quais foram as ausências de vereadores na Comissão de Legislação e Justiça neste ano?

### O QUE É ESSE TIPO DE PESQUISA?

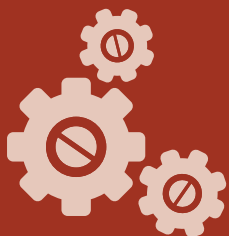
Informação sobre proposições, audiências públicas, reuniões, presença nas reuniões etc. a partir do Sistema de Informação Legislativa - SIL. Pode ser quantitativa ou qualitativa, em formato *.xls* ou *.pdf*.





# SE O ASSUNTO FOR COMPLEXO, FORMALIZE A DEMANDA!

Os produtos e serviços a seguir são oferecidos pela Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol - e pela Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf. O Estudo Técnico é oferecido também pela Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc.



# ESTUDO TÉCNICO

## O QUE É?

Trabalho destinado ao esclarecimento ou aprofundamento de assunto pertinente à atividade parlamentar e legislativa.

## COMO SOLICITAR?

- Por meio de requerimento ou diligência aprovados por comissão;
- Em caso de solicitação por **gabinetes**: por meio do Formulário de Solicitação de Consultoria ([Intranet > Formulários > Processo Legislativo > Consultoria](#))



# ACOMPANHAMENTO DE VISITA TÉCNICA

## COMO SOLICITAR?

- Por meio de requerimento ou diligência aprovados por comissão.

## O QUE É?

Presença e apoio técnico da equipe da Consultoria durante a realização de visita.

O serviço inclui ainda a elaboração de relatório após a visita, com o registro dos principais fatos observados.



# NOTA TÉCNICA SOBRE AUDIÊNCIA PÚBLICA (NOVO!)

## O QUE É?

Estudo sucinto com as principais informações sobre audiência pública: breve histórico do tema, legislação correlata e considerações técnicas. A nota técnica é enviada a todas as parlamentares e a todos os parlamentares por *e-mail*.

## COMO SOLICITAR?

→ Por meio de requerimento ou diligência aprovados por comissão.



# ASSESSORAMENTO TÉCNICO A GRUPOS DE TRABALHO

## COMO SOLICITAR?

→ Por meio de requerimento ou diligência aprovados por comissão.

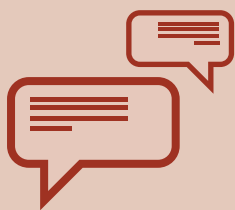
## O QUE É?

Participação da equipe da Consultoria em grupos de trabalho criados para estudo de temas de competência da comissão ou para monitoramento e avaliação de políticas públicas.



# ÀS VEZES NEM PRECISA PEDIR: **ENTREGAMOS DE BANDEJA!**

Algumas informações são tão importantes para o debate político que a Dirleg toma a iniciativa de disponibilizá-las para todos os gabinetes, independentemente de solicitação.



## RESUMO

### O QUE É?

Síntese do conteúdo de projetos de lei e de propostas de emenda à Lei Orgânica de autoria do Executivo, bem como dos respectivos substitutivos. É enviada a todas as parlamentares e a todos os parlamentares por *e-mail*.

### QUEM OFERECE?

- ❖ Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol
- ❖ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf



## ESTUDO TÉCNICO SOBRE OS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

### QUEM OFERECE?

- ❖ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf

### O QUE É?

Análise de cada um dos projetos de lei orçamentária: Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e Lei do Orçamento Anual - LOA. É enviada a todas as parlamentares e a todos os parlamentares por *e-mail*, antes do início da tramitação desses projetos.



# CARTILHAS

## O QUE É?

Publicações técnicas sobre temas de interesse para a ação parlamentar. As cartilhas estão na intranet ([Intranet > Legislativo > Cartilhas](#)).

## QUEM OFERECE?

- ✦ Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol
  - ❖ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf
  - ❖ Seção de Redação Legislativa - Secred
- ✦ Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc

## QUEM OFERECE?

Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf

## ONDE ACESSAR?

[Intranet > Legislativo > Publicações](#)



# MONITOR ORÇAMENTÁRIO (NOVO!)

## O QUE É?

Informativo bimestral sobre a execução orçamentária do Município, que aborda as receitas e as despesas nas diversas políticas públicas (educação, saúde, assistência social, segurança, entre outras).

# GUIA DE REDAÇÃO



## O QUE É?

Documento que trata da técnica legislativa e dos aspectos linguísticos importantes para a redação de textos no processo legislativo da Câmara. Aborda a teoria da redação parlamentar, delimita suas convenções e possui grande diversidade de exemplos e modelos de projetos, emendas, requerimentos, pareceres, entre outros. O Guia de Redação está disponível na página da Câmara em: [Portal CMBH > Atividade Legislativa > Guia de Redação](#).

## QUEM OFERECE?

- ❖ Seção de Redação Legislativa - Secred



# CONHEÇA NOSSO SUPORTE DURANTE AS REUNIÕES

As **reuniões de comissões e de Plenário** são momentos fundamentais para o exercício do mandato. Por isso, a Dirleg se responsabiliza pelos serviços a seguir.





# ASSESSORAMENTO A REUNIÕES DE COMISSÃO E PLENÁRIO

A Dirleg mantém equipes de apoio durante as reuniões de comissão e de Plenário.

**Nosso objetivo é que as reuniões aconteçam da melhor forma possível, garantindo plena participação a cada parlamentar!**

## QUEM OFERECE?

- ✦ Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol
  - ❖ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf
- ✦ Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc
  - ❖ Seção de Apoio ao Plenário - Secple
  - ❖ Seção de Apoio às Comissões - Secapc
  - ❖ Seção de Redação de Atas - Secrat

São **objetivos** dessas equipes:

- prestar informações sobre processo legislativo, legislação, políticas públicas, entre outras;
- elaborar proposições relacionadas à reunião - requerimentos, indicação, moção e proposta de diligência - a pedido oral de qualquer parlamentar;
- dar suporte administrativo;
- elaborar atas regimentais.

Por que o projeto de lei sobre acessibilidade foi distribuído para a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana emitir parecer?

O tema tratado nesta audiência pública já é previsto de alguma forma em lei?

A denúncia apresentada na Comissão de Direitos Humanos é de competência municipal?

São **exemplos de questões** que podem surgir durante as reuniões:

O substitutivo é votado antes do projeto?

Como adiar a votação do parecer na comissão?

E se houver empate na votação do requerimento?



# RELATÓRIO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES (NOVO!)

## QUEM OFERECE?

- ✦ Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol
- ✦ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf

Para viabilizar a **participação popular nas audiências públicas**, durante a pandemia, foi criado mecanismo de recebimento das manifestações populares via internet. Essas manifestações são **consolidadas em relatório** e entregues à parlamentar ou ao parlamentar que esteja presidindo a reunião, que tenha solicitado a audiência pública ou que demande essa informação da assessoria.



# PRECISA DE AJUDA PARA REDIGIR UM PROJETO DE LEI?

A Dirleg oferece suporte técnico para elaboração das proposições do processo legislativo.



# PROJETO DE LEI, EMENDA, REQUERIMENTO, ENTRE OUTROS

## COMO SOLICITAR?

Para a elaboração de emenda, requerimento, proposta de diligência, moção e indicação:

### Formulário de Solicitação de Consultoria

([Intranet > Formulários > Processo Legislativo > Consultoria](#)).

## Projeto ou emenda à Lei Orgânica?

Para a elaboração de projetos e proposta de emenda à Lei Orgânica, além de preencher o Formulário de Solicitação de Consultoria, é necessário apresentar uma **minuta da proposição** e uma justificativa.

## QUEM OFERECE?

- ✦ Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol
  - ❖ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf
  - ❖ Seção de Redação Legislativa - Secred
- ✦ Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc



## lembrete:

Durante as reuniões de comissão e de Plenário, a assessoria pode ser demandada oralmente a elaborar proposições relacionadas à reunião, como requerimento, indicação, moção e proposta de diligência.



**QUER  
SABER MAIS  
SOBRE O PODER  
LEGISLATIVO?**



# FORMAÇÃO PERMANENTE E CURSOS PERSONALIZADOS

A Dirleg realiza, de forma permanente, cursos e oficinas sobre as matérias de competência das comissões temáticas, processo legislativo e redação parlamentar, por meio de equipe multidisciplinar.

## QUEM OFERECE?

- ✦ Divisão de Instrução e Pesquisa - Divinp
- ✦ Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol
  - ❖ Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf
  - ❖ Seção de Redação Legislativa - Secred
- ✦ Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc
  - ❖ Seção de Apoio ao Plenário - Secple
  - ❖ Seção de Apoio às Comissões - Secapc

Além dos **cursos oferecidos de forma permanente**, os gabinetes podem solicitar **cursos personalizados** para temas de seus interesses, como: introdução ao processo legislativo, competência de comissão, elaboração de emendas e de pareceres, entre outros.

**Procure diretamente o setor responsável pelo seu tema de interesse!**

DIRETORIA DO  
PROCESSO LEGISLATIVO

**CÂMARA  
MUNICIPAL**

A VOZ DA CIDADANIA



**BH**